



RUPTURA EPISTEMOLÓGICA E EVOLUÇÃO TEÓRICA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Rafael Lima Vieira

Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina

Universidade Federal de Pernambuco,

dr.rafael.lima.vieira@gmail.com

RESUMO: As perspectivas teóricas sobre a sexualidade se estendem por quase todas as disciplinas e áreas do saber: entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais mesclam-se conceitos, confundem-se categorias, convergem e divergem significados sobre o corpo, sobre a identidade, sobre a constituição social, psicológica, biológica e social do sexo, e até a própria necessidade da busca pelo conhecimento sobre a sexualidade foi questionado em vários casos. Entretanto reconhece-se uma ruptura epistemológica e uma evolução histórica das tendências explicativas sobre gênero e sexualidade que vale a pena levar em consideração. A ruptura epistemológica dos estudos de gênero e sexualidade opera uma reorganização teórica que pretende enfrentar o machismo e o heterossexismo. Nesse sentido, as categorias de gênero e de sexualidade são colocadas em circulação por determinadas tendências explicativas e por determinadas áreas do saber. Levando em consideração a ruptura epistemológica proporcionada pelos estudos feministas podemos considerar que as noções de gênero e de sexualidade apresentam o seguinte panorama na “geografia” científica.

Palavras-Chave: Epistemologia, Teorias, Gênero, Sexualidade, Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um estudo que objetivou caracterizar o perfil político do ativismo LGBT no município de Caruaru-PE. Para isso, adotamos a noção de Educação como indício político; ou seja, entendemos que o projeto educativo e pedagógico de determinada instituição reflete seus posicionamentos e afinidades políticas. Nessa direção, tivemos como objeto de estudo as ações educativas do ativismo LGBT e as intencionalidades políticas que as mesmas expressam.

Neste trabalho objetivamos, além de fazer o levantamento da literatura referente às questões sobre gênero e sexualidade postas pela ciência, identificar as principais evoluções teóricas e rupturas epistemológicas efetuadas pelas diversas disciplinas acerca dessas questões. Pretendemos também, situar nosso objeto de pesquisa num contexto epistemológico e teórico mais amplo.

Além disso, identificamos na historiografia sobre gênero e sexualidade as



bases teóricas e epistemológicas dos perfis político identitários do movimento LGBT. Essa iniciativa se justifica pela compreensão das potencialidades políticas que cada perfil político expressa.

RUPTURA EPISTEMOLÓGICA

Em seu ensaio *Epistemologia Feminista*, Helen E. Longino (2008) traz o debate epistemológico do feminismo como desencadeador de uma crítica que pretende não apenas inserir a mulher nas reflexões científicas, mas questionar a hegemonia masculina, branca e eurocêntrica, abrindo caminho assim para vários/as outros/as excluídos/as da racionalidade ocidental.

Longino inicia com a afirmação: “a epistemologia feminista é tanto um paradoxo como uma necessidade” (LONGINO, 2008, pág. 505). A partir dessa afirmativa a autora, conceituando “epistemologia” e “feminismo” nos coloca que

A epistemologia é um campo de pesquisa extremamente amplo; ela investiga o significado das afirmações e atribuições de conhecimento, a natureza da verdade e da justificação, e assim por diante. O feminismo é um conjunto de posições e investigações caracterizado por interesses sociopolíticos comuns centralizados na abolição da desigualdade de sexo e gênero (LONGINO, 2008; pág. 505).

A relação entre ambos, caracterizados nesses termos, suscita muitos debates paradoxais, mas também muito profícuos para a construção do conhecimento. Enquanto um campo com interesses e

intencionalidades sociopolíticas, o feminismo busca persuadir cientistas feministas e não feministas. Essa persuasão se realizaria, segundo Longino, na base do estabelecimento de conceitos gerais de racionalidade e de conhecimento para poder ser amplamente possível (LONGINO, 2008; pág. 505 – 506). Ela, assim, se torna paradoxal no sentido de encontrar sua origem, justamente na exigência de dar respostas alternativas a uma tradição epistemológica geral e uniforme.

Por sua vez, o estabelecimento de uma epistemologia feminista se torna uma necessidade, segundo a autora, pois na esteira de uma epistemologia tradicional, acadêmicos/as feministas conseguiram enxergar que o preconceito de gênero estava expresso nas próprias afirmações científicas, além de ser facilitado pelos princípios metodológicos que regem a aproximação com a verdade. Neste sentido, a autora diz que a herança filosófica aos estudos de gênero por parte da filosofia e de suas subdisciplinas é a invisibilização e distorção das experiências das mulheres e das relações de gênero. A necessidade da epistemologia feminista se dá justamente pelo fato de pretender fundar um novo caminho teórico e epistemológico que evidencie os preconceitos de gênero presentes nos “achados” científicos, já que essas mesmas “disciplinas acadêmicas tradicionais” tem se apoiado em pressuposições filosóficas



que podem implicar costumes sexistas e androcêntricos” (LONGINO, 2008; pág. 506).

Essas afirmações da autora podem não ser de todo originais, mas nos chama a atenção a forma como ela apresenta a história do trabalho feminista na epistemologia, com o aparente objetivo de mostrar a seriedade de uma emergente epistemologia feminista – muitas vezes concebida como modismo acadêmico – que pretende dar credibilidade a um campo ainda frágil, não por falta de bases teóricas e filosóficas seguras, mas pela pressão constante que sofre dos/as que defendem a neutralidade da ciência¹. Isso porque os argumentos em oposição à epistemologia feminista partem de cientistas que uniformizam ideias, sejam referentes ao sujeito ou ao objeto do conhecimento, justificados pela herança cartesiana na ciência ocidental.

Neste sentido, faz-se necessário, dado o objetivo deste capítulo específico neste trabalho, que é conhecer a evolução histórica e epistemológica dos estudos sobre gênero e sexualidade, discutir a questão de uma ruptura de duplo padrão a que chega a epistemologia feminista. Introduzindo reflexões sobre a interferência de gênero nas contribuições científicas propõe: a) uma reelaboração

¹ Uma crítica acerca da neutralidade da ciência pode ser encontrado nos debates de Marilena Chauí (2002), Boaventura de Sousa Santos (2000) e Sandra Harding (1998).

propriamente teórica das disciplinas tradicionais e, b) um alargamento da ideia de sujeito do conhecimento e sua corporificação.

Conforme apresenta Helen Longino, essa primeira reelaboração teórica foi possível porque

A filosofia feminista se voltou para a epistemologia depois de abordar falhas na ética e na filosofia social e política. O caráter dessa atenção à epistemologia carrega traços de origens múltiplas, incluindo problemáticas levantadas em críticas feministas às ciências, leituras feministas da história da filosofia e pesquisa no campo da psicologia educacional, bem como o interesse nas hipóteses e pressuposições da epistemologia analítica (LONGINO, 2008; pág. 507).

Dessa iniciativa, a noção de que “conceitos epistemológicos estavam corrompidos por ideologias masculinas” se disseminou enquanto determinante para a crítica feminista à filosofia tradicional. Helen Longino aponta a princípio trabalhos que criticaram desde as representações de gênero feitas no interior das ciências da vida e das ciências físicas dando especial atenção às análises feitas por Donna Haraway, Tuth Bleier, Anna Fausto-Sterling e Ruth Hubbard em torno do preconceito de gênero no estudo de primatas, etologia e biologia humana².

Também na área das ciências sociais, Dorothy Smith defende que o olhar do homem e da mulher se diferencia sobre os fenômenos, pois estes experienciam o mundo de maneiras diferentes: “os homens

² Helen Longino dá como referência para essas análises: BLEIER (1885) e HAHAWAY (1989).



encontram o mundo já manipulado, quer seja na forma de refeições já prontas e roupas lavadas, quer na forma de dados ordenados e estatísticas sumariadas, ao passo que o trabalho das mulheres é processar a matéria-prima do mundo”³.

Por outro lado, na história da filosofia temos que “as mulheres não foram apenas excluídas do cânone; os filósofos que nele ocupavam lugar central tanto ridicularizaram a capacidade intelectual feminina como ofereceram análises de conceitos, como a racionalidade, que recorriam a estereótipos de masculinidade. Aí está a justificativa de estudar a relação entre razão e masculinidade tanto no pensamento de filósofos clássicos, como fez Genevieve Lloyd, quanto de filósofos contemporâneos, como fez Phyllis Rooney⁴.

Por fim, Helen Longino trata da psicologia educacional e a abertura desta a várias concepções de aprendizado; entre elas a ideia de que “as abordagens ao aprendizado e à solução de problemas podem ser de gênero, que a aquisição de uma identidade de gênero e normas de comportamento de gênero podem incluir a aquisição de normas cognitivas de gênero”. Longino sugere como pensadores/as seminais dessa questão Carol Gillian e Mary Belenky⁵ (LONGINO, 2008, p. 509-512).

Por sua vez, a questão relativa ao sujeito e ao objeto do conhecimento e, por consequência, o tipo de relação que se estabelece entre eles é desenvolvida com base na oposição do pensar feminista à herança cartesiana. Longino nos lembra que Descartes primava pelo conhecimento do objeto livre das influências do sujeito cognoscente. Levando a cabo procedimentos metodológicos adequados e rigorosamente empregados, a “verdade” estaria naturalmente apartada de quem a encontrou, e uma das condições de se chegar à verdade seria a separação de si em relação ao objeto; a verdade não exigiria a especificidade do sujeito do conhecimento, nem daria indícios deste quando em sua forma final. Pode-se dizer que o sujeito do conhecimento não existiria para Descartes, exceto em sua possibilidade racional. Sobre isso, temos:

Descartes encontrou a fonte da autoridade na razão, mas uma razão purificada e descorporificada. O corpo, tanto como fonte de dúvida como sujeito da dúvida, é amputado do eu essencial [...]. Suas propriedades sensíveis são instáveis e, portanto, menos conhecíveis do que suas propriedades quantitativas e inteligíveis, mostrando assim o corpo como uma fonte não-confiável de conhecimento [...]. O eu corporificado é propenso a decepções e complicações. O eu descorporificado pode realizar atos de pura razão, como o Cogito. O eu descorporificado, o verdadeiro eu, é a base da razão e da vontade, da cognição e da ação, enquanto o corpo repudiado se torna um mero mecanismo (LONGINO, 2008; pág. 514).

Mas, é justamente essa separação do

³ Idem: SMITH (1988).

⁴ Idem: LLOYD (1984); ROONEY (1995a; 1995b)

⁵ Idem: GILLIAN (1982); BELENKY et. al. (1986).



“eu” corporificado/descorporificado que traz grandes problemas e exclusões de interesse feminista⁶ por que

O sujeito purificado que emerge da negação do corpo é um sujeito europeu masculino e branco, e tudo de que é liberto quando liberto do corpo, [...], é deslocado de Outros, feminilizados e primitivos – mulheres europeias, mulheres e homens não-brancos –, que, portanto, estão epistemologicamente privados de seus direitos enquanto tais (LONGINO, 2008; pág. 515).

Está aí, portanto, o fundamento para a reivindicação do corpo e da corporificação do sujeito do conhecimento pelos/as feministas: do reconhecimento de que “os atos de separação exigidos envolvem incoerência, e que o eu unitário e purificado que pronuncia o Cogito não é somente uma fantasia, mas uma supressão de tudo que o torna possível” (LONGINO, 2008; pág. 515). A partir daí, as análises feministas centram suas forças na perspectiva de um saber corporificado, e por isso, a) localizado; b) que nega qualquer oposição entre sujeito e objeto do conhecimento e; c) reconhecedor da interdependência dos conhecedores (LONGINO, 2008; pág. 516-525).

Da mesma forma, Guacira Lopes Louro ao situar-se no interior de uma epistemologia feminista faz considerações no mesmo sentido da discussão de Helen Longino. Apresentando convergência em sua concepção sobre os estudos feministas, a autora diz que,

[...] as problematizações levantadas pelo feminismo fizeram mais do que exigir um acréscimo das mulheres aos estudos, uma descoberta de suas histórias e de suas vozes. Essas problematizações desafiaram a própria forma de fazer ciência até então hegemônica. No entendimento de muitas/os, as questões postas pelas feministas não teriam mostrado, apenas, insuficiências ou incompletudes nos paradigmas teórico-metodológicos, essas questões teriam abalado radicalmente os paradigmas (LOURO, 1997, p. 144).

A princípio, falar de uma epistemologia feminista, nos remete a questões de interesse de um grupo específico identificado por interesses políticos acerca de suas especificidades de sexo. Todavia, a concepção discutida por Longino de epistemologia feminista possibilita um alargamento dessa concepção; seus esforços vão no sentido de “eliminar a sugestão de que uma tese epistemológica deve ter um conteúdo distintamente feminista ou relacionado ao gênero para que seja uma tese feminista” (LONGINO, 2008; pág. 545). Diferente disso, uma tese feminista pode justamente questionar outras teses feministas em relação à assimilação de processos cartesianos e descorporificados no trabalho de investigação, ou ainda de alimentação de teorias machistas e sexistas.

E, de fato, esse movimento de crítica aos estudos feministas já tem sido feito. Diversas/os feministas se juntam ao coro para se aprofundar no pensamento feminista mesmo, considerado como também

⁶ Idem: SCHERMAN (1993).



condizente, em certa medida, com as estruturas cartesianas, machistas e sexistas, ou na melhor das hipóteses, universalizantes de uma identidade feminina parcial e limitada. Esses estudos foram os responsáveis por iniciarem uma nova perspectiva acerca do conhecimento, e das identidades, e plantaram as sementes do que hoje se denomina por Estudos Queer⁷, que para além do machismo denunciado pela teoria feminista, coloca em questão a face heterossexista da sexualidade materializada na ciência.

TENDÊNCIAS EXPLICATIVAS

A ruptura epistemológica dos estudos de gênero e sexualidade opera uma reorganização teórica que pretende enfrentar o machismo e o heterossexismo. Nesse sentido, as categorias de gênero e de sexualidade são colocadas em circulação por determinadas tendências explicativas e por determinadas áreas do saber. Levando em consideração a ruptura epistemológica proporcionada pelos estudos feministas podemos considerar que as noções de gênero e de sexualidade apresentam o seguinte panorama na “geografia” científica.

Neste ponto, Berenice Bento (2006) dá continuidade ao nosso diálogo, centrando-se na evolução da noção de gênero no interior dos estudos feministas.

⁷ Dentre outros, podem ser tidos como estudos seminais da perspectiva Queer: WEEKS (1993); KATZ (1996); FOUCAULT (1988); SEDGWICK (1990).

Essa autora faz no livro *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (BENTO, 2006) uma organização analítica dos estudos que relacionam sexualidade, gênero e corpo, e estabelece três tendências explicativas dos processos constitutivos das identidades de gênero. Essas tendências estão fundamentadas em distintas perspectivas filosóficas e teóricas sobre o gênero e a sexualidade. Três tendências são mencionadas por Bento: A tendência *universal*, a tendência *relacional* e a tendência *plural*.

a) Tendência universal: O pensamento de Simone de Beauvoir foi o marco da crítica feminista sobre o pensamento moderno acerca da subordinação da mulher aos homens. Beauvoir traz para a discussão o argumento de que a condição biológica da mulher foi usada como justificação de sua inferioridade. Seu esforço primeiro está em mostrar os mecanismos que transformam o corpo feminino em um corpo carregado de significados e por isso naturalizados como tal, pois cada significado estava ligado a um significante biológico. Portanto, como diz Berenice Bento,

Ao afirmar que a “mulher não nasce, torna-se”, Beauvoir buscava mostrar os mecanismos que dão consistência ao “tornar-se”, constituindo um movimento teórico de desnaturalização da identidade feminina. Mas desnaturalizar não é sinônimo de desessencializar. Ao contrário, à medida que se apontavam os interesses que posicionam a mulher como inferior por uma



suposta condição biológica, as posições universalistas reforçam, em boa conta, a essencialização dos gêneros, uma vez que tendem a cristalizar as identidades em posições fixas (BENTO, 2006; pág. 70).

A universalização nascida com Beauvoir foi fruto de uma oposição dos corpos masculinos e femininos. Essa oposição biológica era pensada por Beauvoir puramente como casualidade evolutiva da espécie, mas que não comportava nenhuma predestinação comportamental por si só. O corpo biológico era, nas palavras de Bento, “pensado como uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, por meio de uma série de significados culturais, assume o gênero (BENTO, 2006; pág. 71)”.

Essa posição universalizante ganha forma quando percebemos que para Beauvoir o gênero feminino estava ligado a um corpo biologicamente programado, e que o “tornar-se” mulher era possível apenas a um corpo de mulher. O homem, assim, se tornava um sujeito em oposição absoluta à mulher: eram dois seres distintos porque de fisiologias distintas. A herança que Simone de Beauvoir deixou ao feminismo foi levada adiante por várias estudiosas; entre elas se destacam no pensamento feminista Nancy Chodorow, Michele Rosaldo e Sherry Ortner⁸.

⁸ A “herança beauvoiriana” que Berenice Bento disse identificar nessas autoras se deu por sua análise das seguintes obras: CHODOROW (1979); ROSALDO (1979) e ORTNER (1979).

A primeira defende uma unidade psíquica da humanidade: “isto lhe possibilita estruturar sua concepção a partir de uma visão totalista da sociedade e alocar características comportamentais fixas a todos os homens e mulheres, independentemente da sociedade sob exame (BENTO, 2006; pág. 72)”;

a segunda divide a sociedade em dois campos: o público e o privado, e sugere a explicação de que “a estrutura hierárquica, binária e dicotomizada dos gêneros dever-se-ia ao fato de os homens sempre terem ocupado o pólo que concentra a autoridade: o mundo público (BENTO, 2006, p. 72)”;

por fim, Sherry Ortner supõe haver uma valorização do homem sobre a mulher em termos de atribuição de valor a características particulares a cada sexo – percebe-se aqui sua identificação com a proposta de unidade psíquica de Chodorow – na qual “o homem é identificado com o racional, o abstrato, a objetividade, [cultura], e a mulher, com a praticidade, a concretude e a subjetividade [natureza] (BENTO, 2006, p. 73)”.

Ao dialogar com outras autoras, Tereza De Lauretis (1994), por exemplo, sobre a oposição universal dos sexos iniciada por Beauvoir, Bento (2006, p. 73) indica que “a concepção de poder e a dimensão relacional para a construção das identidades de gênero” foram os pressupostos que transformaram as discussões feministas de forma a avolumar a



segunda tendência explicativa sobre a construção da identidade de gênero, que a autora chama relacional.

b) Tendência relacional: Na tentativa de desconstruir a mulher universal, os estudos feministas direcionaram seu olhar para variáveis sociológicas que explicassem a construção da identidade e subordinação de gênero. Neste sentido, “a categoria analítica ‘gênero’ foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e dessencializar a categoria mulher” (BENTO, 2006, pág, 74).

Sobretudo porque se articulou com um novo campo de estudo - o das masculinidades – as teorias que alimentavam a tendência relacional sobre a construção dos gêneros romperam bastante com a ideia de uma “alteridade radical” entre homem e mulher, entre feminino e masculino. As experiências de gênero foram analisadas com base na relação que o sujeito estabelecia com outros gêneros e em contextos diferentes. “As comparações entre as construções contextuais dos homens”, “as interdições e estimulações que permitem essas construções”, “as exclusões que operam na formação do homem ‘ideal’”, além de serem questões mobilizadoras dos estudos sobre as masculinidades, também movimentaram os

estudos sobre gênero de uma maneira geral. Nesse sentido, tais estudos apontaram a necessidade de pensar sua construção interrelacional: “o homem negro em relação ao homem branco, o homem de classe média em relação ao homem favelado e ao grande empresário, o homem nordestino e o do sul, e muitas outras possibilidades de composição que surgem nas narrativas dos sujeitos” (BENTO, 2006; pág. 75). Assim, se não existiria um homem branco universal ao qual a mulher se oporia, também não existiria essa mulher universal; talvez não existisse nem oposição, em algumas circunstâncias e contextos, entre homens e mulheres.

Mas, se para Joan Scott (1995), que foi um dos principais nomes no desenvolvimento da tendência relacional, o gênero pode ser entendido como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” (apud BENTO, 2006; pág. 75) é justamente nesse ponto onde a tendência universal e a relacional se encontram; pois, tendo o pressuposto de que as atribuições próprias de cada gênero são, em relação ao reconhecimento da diferença sexual, imputadas a posteriori, essas próprias atribuições já estariam determinadas a priori: não seria necessário o reconhecimento da diferença sexual para existir, mas apenas para ser nomeada. Bento, então se pergunta: “Propor um conceito a partir das “diferenças



entre os sexos” não é retornar, por outros caminhos, ao binarismo?” (BENTO, 2006; pág. 76).

Bento argumenta que essa proposta de Scott seria mais adequada para descrever as relações de gênero, mas não para nos servir como instrumento analítico do gênero enquanto categoria científica. Dessa maneira, como nos indica Judith Butler (2003), na constante binarização “a diferença sexual pode levar a uma coisificação do gênero e a um marco implicitamente heterossexual” (apud BENTO, 2006; pág. 76). A estrutura corpo-gênero-sexualidade se torna um caminho previsível e submetido a uma sequência determinada biologicamente. Mas algumas experiências colocam cada vez mais patentemente essa estrutura previsível em dúvida: as “sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1988; MISKOLCI e SIMÕES, 2007) rompem justamente com a perspectiva de entender o gênero ligado a uma origem biológica ou ainda determinante de uma identidade sexual específica.

Para Berenice Bento,

É necessário problematizar os limites do “relacional de dois” calcado no referente dos sexos. O estudo da sexualidade hegemônica, ou da norma heterossexual, e das sexualidades divergentes exige o desenvolvimento de análises que, embora vinculadas ao gênero, apresentem autonomia em relação a ele, o que significa problematizar e enfrentar a heterossexualidade como matriz que seguia orientando o olhar das feministas (BENTO, 2006; pág. 77).

Aqui, a argumentação da autora começa a se deslocar, ou melhor, avançar numa perspectiva de gênero que não está ligada mais na descrição das relações de gênero, mas nas possibilidades do gênero se articular com o corpo e com a sexualidade construindo assim sujeitos corporificados para além do que era reivindicado pelas teses feministas. Essa expansão possibilitada pelo reconhecimento do heterossexismo excludente das teses feministas foi questionado num terceiro momento, de frutificação da tendência plural onde os Estudos Queer ganham espaço na voz de feministas tendo Judith Butler como principal voz.

c) Tendência Plural: Em sua terceira e última sistematização das tendências explicativas sobre a construção das identidades de gênero, Berenice Bento nos mostra a tendência a qual ela chama plural. A autora diz que paralelo aos dois grandes movimentos teóricos da década de 1980: a crítica à universalidade da categoria “mulher” e os estudos sobre sexualidade⁹ - constituindo assim os dois grandes grupos de estudos inter-relacionados gênero/sexualidade - inicia-se a proposta de estas duas categorias serem tratadas separadamente.

De acordo com Bento,

⁹ Especialmente os de Foucault (1988), Weeks (1993) e Gayle Rubin (1989)



O desafio, portanto, era construir teorias que habilitassem aqueles que divergiam da norma heterossexual, apontando os processos para a construção de suas identidades sexuais a partir de referências que, por um lado, se contrapusessem a uma explicação referenciada nos corpos-sexuados e, por outro, produzissem um campo contra-discursos ao saber gerado nos espaços confessionais das clínicas de psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e programas de transgenitalização (BENTO, 2006; pág. 79).

Com isso, um campo teórico-político emergia ampliando sua representação para uma população que não correspondia às teses explicativas sobre o gênero na perspectiva tradicional feminista. Urgia a necessidade de tratar a sexualidade desvinculada de seus antigos significantes: o gênero e o corpo.

Com o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de 1999, Judith Butler ampliará esse questionamento e abalará as estruturas feministas que supõem o gênero de maneira binária e heterossexual. Nesta direção, como podemos perceber pela explicitação de Bento,

As questões que irão marcar o terceiro momento dos estudos de gênero dizem respeito à problematização da vinculação entre gênero, sexualidade e subjetividade, perpassada por uma leitura do corpo como significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos. A ideia do múltiplo, da desnaturalização, da legitimidade das sexualidades divergentes e das histórias das tecnologias para a produção dos “sexos verdadeiros” adquire um status teórico que, embora vinculado aos estudos das relações de gênero, cobra um estatuto próprio: são os estudos Queer (BENTO, 2006; pág. 80).

De fato, já no início de seu livro, na

tentativa de desnaturalizar o gênero e a sua relação com a sexualidade, Butler afirma que sobre a afirmação de Beauvoir, (BEAUVOIR, 1949; pág. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” há uma problemática nunca colocada em relevância: “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003; pág. 27).

Portanto, a ruptura com a estrutura corpo-gênero-sexualidade no modelo binário e heterossexista das teses feministas começaram a ser revistos pelos próprios estudos feministas. Estes estudos, que entendiam a articulação plural de diversas instâncias materiais e simbólicas para a construção do gênero, se desdobraram no que se convencionou chamar de Estudos Queer.

A concepção *queer* acerca do gênero pode ser entendida de maneira mais completa a partir deste trabalho de Judith Butler. A autora diz que a heterossexualidade é a matriz para a construção dos gêneros e que os corpos são discursivamente construídos – mesmo antes de nascerem – com determinado gênero. A reiteração discursiva diz respeito às nomeações que são feitas por instituições médicas, familiares, religiosas, linguísticas, escolares, entre outras, colocando os corpos de determinados sexos numa teia discursiva já predeterminada.

Assim, para Beatriz Preciado, a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



interpelação possível de ser realizada anterior ao nascimento de qualquer criança é o exemplo máximo da capacidade que os discursos tem de transformar corpos em corpos-gênero. No momento em que o médico avisa para a família “É um menino” ou “É uma menina”, antes mesmo de nascer já está preparada a teia discursiva em que aquela criança estará imersa a qual ela interpretará criando atos que Butler vai chamar de atos performativos; dessa forma, as reiteraões discursivas nunca são descritivas, mas sempre normativas e prescritivas (BUTLER, 2003).

O gênero é, pois, um ato performativo, uma resposta “cênica” às nomeações discursivas que nos cercam com a finalidade de dar cada vez mais consistência a um dos principais fenômenos constatados pelos estudos queer: a heteronormatividade, pois, é a serviço dessa norma que está a criação de gêneros opostos estética e performaticamente. Nesse sentido, pode-se dizer que um determinado gênero nunca é uma inscrição em um corpo inerte, nunca é a encarnação de uma cultura (gênero) em uma natureza (corpo); o gênero é uma forçada inclusão do sujeito num determinado campo discursivo que tem como fim a heterossexualidade. O gênero de cada um nunca é desinteressadamente impresso. Por isso que Beatriz Preciado diz que “os corpos já nascem operados”, já vem ao mundo com uma manipulação de gênero

efetivada.

CONCLUSÃO

Considerando o percurso apresentado, é possível reconhecermos algumas aprendizagens a partir do mesmo.

Os estudos de gênero e sobre as mulheres, que vetorizaram a crítica à cientificidade clássica, não são apenas uma iniciativa de inclusão do feminino e da mulher na Ciência, mas uma reconstrução dos fundamentos que fazem da cientificidade um olhar eternamente masculinista sobre os fenômenos a serem analisados, mesmo quando realizada por mulheres. O que está em questão numa epistemologia feminista é a representatividade, mas também a experiência de uma ciência que tenha como ponto de partida as mulheres. Essa experiência de ruptura viria a ser a chave para a reconstrução de todo o universo científico datado de três séculos. A partir dela, então foram-se operando outras rupturas, de cunho epistemológico, mas também de cunho teórico.

Cabe lembrar que a própria experiência feminina foi colocada em questão no interior dos estudos feministas recentes. Esse movimento também nos ensina que a Ciência deve ser vista sempre com desconfiança política e com mira sobre as intencionalidades que estão em jogo na instituição e demarcação dos valores científicos.



REFERÊNCIAS

BELENKY, Mary, et. al.. **Women's ways of knowing**. New York: Basic Books, 1986.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BLEIER, Ruth. **Science and gender**. New York: Basic Books, 1985.

BUTLER, Butler. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena (2002), **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle et al. (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GILLIAN, Carol. **In a difference voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HARAWAY, Donna. **Primate visions**. New York: Routledge, 1989.

HARDING, Sandra, **Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies**. Indiana: Indiana University Press, 1998.

KATZ, Jonathan. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LLOYD, Genevieve. **The man of reason**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, J; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Epistemologia Feminista**. Gênero, Sexualidade e

Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas [Apresentação]. **Cadernos Pagu**, 28, jan-jun, 2007, p. 9-18.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; et al. (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROONEY, Phyllis. **Gendered reason: Sex metaphor and conceptions of reason**. Hypatia 6, nº 2, 1995, p. 77-103.

ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: _____; et al. (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre El sexo: para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole; (org.). **Placer e peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Talasa, 1989, p. 113-190.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHEMAN, Naomi. "Through this be method, yet there is madness in it". In: Louise Antony; Charlotte Witt. **A mind of one's own**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v. 20, nº 2, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Los Angeles: University of California Press, 1990.

SMITH, Doroth. **The everyday world as problematic: A feminist sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1988.

WEEKS, Jeffrey. **El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas**. Madrid: Talasa, 1993.